



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Decisão nº 28055939/2023-CPL/SELOG/SR/PF/ES

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08285.001034/2023-89**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2023-SR/PF/ES**

**IMPUGNAÇÃO 01**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos-veterinários de cães relacionados ao cuidado com a saúde e higiene dos animais que integram o Canil da SR/PF/ES.

**1. DAS PRELIMINARES**

1.1. O pedido de impugnação foi recebido às 11:30 hs do dia 23/03/2023, estando o certame agendado para o dia 04/04/2023 às 09:00 hs, sendo realizado então com prazo superior a 03 dias úteis da data designada para abertura da sessão pública, em conformidade com o descrito no Item 21 do Edital.

**2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

2.1. A empresa impugnante contesta os seguintes pontos no Edital 02/2023 - SR/PF/ES:

2.1.1. modificação do item 5.1.5.1 do Termo de Referência (com reprodução no item 9.11.1 do Edital)

**3. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE**

3.1. Em resumo, requer a Impugnante, nos termos do documento SEI (28054868):

3.1.1. que seja alterada a exigência prevista nos itens citados nos seguintes termos:

*"A imposição no Edital e seu Termo de Referência acima referido de que a empresa concorrente tenha o registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) no estado do Espírito Santo fere a legislação atual uma vez que com isso restringe a participação de empresas que possuam sedes em outros Estados e estejam capacitadas para participar do referido certame. Em processos licitatórios similares, para aumentar o nível de participação, solicita-se exclusivamente o registro no Conselho Federal de Medicina Veterinária ou no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado onde a empresa tem a sede. Tanto é assim que as certificações de regularidade bem como as emissões de certidões negativas junto ao órgão de classe da medicina veterinária tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas são feitas no site do CFMV (<https://www.cfmv.gov.br/emitir-certidao-negativa/servicos/2018/08/13/>). Sendo assim, solicitamos respeitosamente que seja alterado o texto do item 5.1.5.1 do Termo de Referência, suprimindo a exigência de registro no CRMV do Estado do Espírito Santo na fase de cadastramento de proposta, podendo ser tão somente a solicitação do*

*registro no CFMV ou no CRMV da sede da empresa para que os princípios da ampla participação citados não sejam feridos. Certos de estarmos colaborado para o bom andamento do processo agradecemos a oportunidade."*

#### 4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

4.1. Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal;

4.2. Impugnação interposta tempestivamente pela empresa **CLÍNICA PETBRAZIL, Responsável Técnico Paulo Henrique da Silva, Médico Veterinário - CRMV-Pr 3199** de modo que este Pregoeiro analisou a questão levantada pela impugnante.

4.3. Imperioso ressaltar que é exigência legal a inscrição no Conselho Regional do profissional médico-veterinário que, inscrito no Conselho Regional de um Estado, passar a exercer a atividade profissional em outro Estado, em caráter permanente, assim entendido o exercício da profissão por mais de 90 (noventa) dias, ficando obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele transferir-se. (art. 23 da Lei 5.517/1968 e Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária).

4.4. É o caso do presente contrato a ser celebrado pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo que almeja um contrato de prestação de serviço médico-veterinário contínuo que poderá, inclusive, ultrapassar os 12 meses.

4.5. Entretanto, entende-se razoável ampliar a participação de empresas e profissionais de outros estados da federação, possibilitando que os aludidos registros sejam comprovados apenas no ato da assinatura do contrato e não no momento da apresentação da proposta e posterior habilitação por parte do pregoeiro.

4.6. Dito isto, promovo alteração do item 9.11.1 do Edital com nova redação:

*9.11.1. Inscrição/registro da empresa e dos responsável técnico no Conselho Federal de Medicina Veterinária ou no Conselho Regional de Medicina Veterinária onde o licitante possui sede.*

4.7. De igual maneira realizada a inclusão do item 15.1.1, nos seguintes termos:

*15.1.1 Na hipótese da empresa declarada vencedora não possuir sede no Estado do Espírito Santo, deverá em momento anterior à assinatura do instrumento de contrato apresentar todos os registros e inscrições no Conselho Regional do Estado do Espírito Santo, conforme preconiza a legislação que dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário (Lei 5.517/1968), bem como as Resoluções do CFMV correlatas.*

4.8. Por fim, também destaco que a referida exigência foi incluída no Termo de Referência, como obrigação da contratada no item 12.6 e promovida alteração do item 5.1.5.1 (requisitos da contratação) para se adequar a nova exigência.

#### 5. DECISÃO E BASE LEGAL

5.1. Isto posto, reconheço a impugnação apresentada pela empresa **CLÍNICA PETBRAZIL, Responsável Técnico Paulo Henrique da Silva, Médico Veterinário - CRMV-Pr 3199**, com os fundamentos acima elencados.

5.2. Considerando o exposto e que a medida é salutar para ampliação da participação de mais empresas no certame será publicada nova data para sua realização, nos termos do art. 24, §3º do Decreto 10.024/2019.

**DANILO VIEIRA MARIANI**

Pregoeiro  
CPL/SELOG/SR/PF/ES  
(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **DANILO VIEIRA MARIANI, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 23/03/2023, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28055939** e o código CRC **D1679769**.

Referência: Processo nº 08285.001034/2023-89

SEI nº 28055939